

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

---

**R.F FARIAS & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.512.533/0001-40

Plano de Recuperação Judicial  
para apresentação nos autos do  
processo nº. 036/1.14.0004908-2,  
em trâmite perante a 1ª Vara Cível  
da Comarca de Soledade, Estado  
do Rio Grande do Sul, consoante  
a Lei 11.101/2005, em  
atendimento a disposição do  
artigo 53 e seguintes.

## SUMÁRIO

<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>4</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
1.1 Considerações Iniciais.....	4
1.2 Decisão de Deferimento da Recuperação Judicial.....	5
1.3 Objetivos.....	9
<b>2EMPRESA</b>	
2.1 Breve Histórico da Empresa.....	9
<b>3 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>10</b>
3.1 A Origem da Passageira Crise Econômico-Financeira.....	10
3.2 Resumo Quadro Geral de Credores.....	12
<b>4 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO</b>	
4.1 Reestruturação Econômica.....	13
4.2 Reestruturação Comercial.....	14
4.3 Reestruturação Administrativa e financeira.....	14
<b>5 PAGAMENTO AOS CREDITORES</b>	
5.1 Plano de Pagamento.....	15
5.2 Plano de Pagamento aos credores.....	16
5.3 Credores Quirografários (classe III).....	17
5.4 Pagamento de percentual de conta nova – se houver.....	18
5.5 Atualização Monetária dos Créditos.....	18
<b>6. DEMONSTRATIVO DA VIABILIDADE ECONÔMICA.....</b>	<b>19</b>
<b>7. LAUDO ECONÔMICO – FINANCEIRO.....</b>	<b>19</b>
<b>8. LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS BENS DA EMPRESA.....</b>	<b>19</b>
<b>9. DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
9.1 Outras Formas de amortizações possíveis.....	20
9.2 Suspensão das Restrições Cadastrais.....	20
9.3 Considerações Finais.....	22
9.4 Nota de Esclarecimento.....	22
<b>10 CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 Considerações Iniciais:

A Empresa **R.F FARIAS& CIA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.512.533/0001-40, localizada a Rua Tiradentes, nº. 531, Centro, na Cidade de Fontoura Xavier/RS, requereu em 08/10/2014, o beneplácito legal da Recuperação Judicial, por meio do processo de Recuperação Judicial autuado sob o nº. 036/1.14.000498-2, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Civil da Comarca de Soledade.

O referido processo teve deferimento do seu processamento determinado pela Excelentíssima Sra. Dra. Juíza de Direito, Maira Griblat, com a disponibilização da decisão no Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul, na data de 23 de outubro, e, portanto, publicada no dia 24 de outubro de 2014.

Nesse aspecto, o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do plano de recuperação, tal qual determina o artigo 53 da Lei 11.101/2005. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência, e deverá conter (...), encerrar-se-á na data de 25 de dezembro de 2014.

Entretanto, Excelência, como é sabido que foi aprovado a suspensão de prazos processuais por 30 dias, no período de 20 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, atendendo na íntegra o requerimento da Ordem gaúcha.

Nesse íterim, requer a Empresa Recuperanda que seja deferido pelo r. juízo que o plano de recuperação judicial, seja apresentado no primeiro dia útil, após o termino das férias forenses, ou seja, em 21 de janeiro de 2015, sem qualquer prejuízo para empresa.

O presente Plano de Recuperação Judicial foi elaborado ao exposto nos artigos 50, 53, 54 e seguintes da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas), tendo por objetivo demonstrar que mediante a sua reestruturação aqui detalhada, a empresa Recuperanda poderá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira a fim de permitir a



275

manutenção da fonte produtora e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

## 1.2 Decisão de Deferimento da Recuperação Judicial

A seguir, segue a reprodução na íntegra da decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial:

Trata-se de pedido de processamento de recuperação judicial, em que R.F. Farias & Cia Ltda declina dificuldades financeiras, justificando a necessidade e a utilidade do procedimento recuperatório. Juntou documentos. Do exame dos documentos colacionados, verifica-se que foram atendidas as exigências legais, sendo a autora parte legítima para pleitear o benefício, pois se trata de sociedade empresária, exercendo suas atividades há mais de 2 anos<sup>1</sup>, na forma do caput do art 48 da Lei 11.101/2005. Outrossim, não há qualquer indício de falência pretérita ou anterior concessão do benefício ora postulado. Portanto, atendidas as exigências legais, é direito subjetivo da devedora o processamento da recuperação, a qual poderá ou não ser concedida, depois da fase deliberativa, na qual os documentos apresentados, incluindo as demonstrações contábeis, serão analisados, conforme dispõe o art. 52 da Lei 11.101/05. Cumpre ressaltar, também, que caberá aos credores da requerente a fiscalização e auxílio na verificação da situação econômico-financeira da Recuperanda, mesmo porque é a Assembleia Geral de Credores que decidirá quanto à aprovação ou rejeição do plano, com eventual decretação de quebra. Nesta fase concursal, o juízo deve se ater tão somente à crise informada pela empresa e aos requisitos legais a que alude o art. 51 da LRF, bem como se estão presentes os impedimentos para o processamento da referida recuperação judicial, estabelecidos no art. 48 do mesmo diploma legal, o que não se verifica no caso em tela, permitindo com isso o prosseguimento do feito durante o denominado concurso de observação. Relativamente ao pedido de sustação dos efeitos de protesto e das restrições incluídas em cadastros de proteção ao crédito no que tange aos sócios/avalistas, indefiro o pedido, nos termos do § 1º, o art. 49 da Lei 11.101/95. Com efeito, se as ações e execuções contra os sócios/avalistas não se suspendem, com mais razão ainda permanece a possibilidade de efetivação dos atos mencionados. A respeito, o seguinte precedente do STJ, representativo de jurisprudência dominante<sup>2</sup>: AGRADO REGIMENTAL. DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO AJUIZADA EM FACE DE SÓCIO-AVALISTA DE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O caput do art. 6º da Lei n. 11.101/05, no que concerne à suspensão das ações por ocasião do deferimento da recuperação, alcança apenas os sócios solidários, presentes naqueles tipos societários em que a responsabilidade



pessoal dos consorciados não é limitada às suas respectivas quotas/ações.2. Não se suspendem, porém, as execuções individuais direcionadas aos avalistas de título cujo devedor principal é sociedade em recuperação judicial, pois diferente é a situação do devedor solidário, na forma do § 1º do art. 49 da referida Lei. (...) (AgRg no REsp 1342833/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 21/05/2014) Ainda, na mesma esteira, é o expressivo entendimento do TJRS: AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. O deferimento do pedido de recuperação judicial da empresa não impede o prosseguimento da ação de execução contra os avalistas, consoante disposto no artigo 49, § 1º, da Lei n. 11.101/2005. Dessa forma, considerando-se que, no caso em apreço, a presente ação de execução foi aforada apenas contra Jorge Brasil Oliveira Vargas, sócio avalista, não há falar em suspensão do feito. Precedentes do STJ e desta Corte. SEGUIMENTO NEGADO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70061424750, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em 03/09/2014) Outrossim, os créditos garantidos por alienação fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, no caso, aqueles em que veículos foram alienados fiduciariamente [Cédula de Crédito Bancário nº B31132026-9 (fls. 65/69), celebrada entre a Recuperanda e Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Botucaraí, e na Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 007319787 (fls. 186/197), firmada entre a ora Recuperanda e Banco Bradesco S/A]. Com efeito, nos termos do § 3º, do art. 49, da Lei 11.101/2005, os créditos dos credores fiduciários não se submetem à recuperação judicial. Contudo, ainda, nos termos do dispositivo citado, não se permitirá, durante o prazo de suspensão, a venda ou retirada dos bens garantidores do débito. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CUMPRIDOS OS REQUISITOS DA COMPROVAÇÃO DA MORA. CRÉDITO QUE NÃO SE SUJEITA AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA DEVEDORA FIDUCIANTE. ENCERRADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES PREVISTO NO ARTIGO 6º, §4º, DA LEI 11.101/05. Intimada a devedora através de notificação judicial, resta comprovada a mora contratual, nos termos do artigo 2º, §2º, do DL 911/69. O crédito garantido por alienação fiduciária não se submete aos efeitos da recuperação judicial deferida à empresa devedora. Transcorrido o prazo de 180 dias previsto no artigo 6º, §4º, da Lei 11.101/05, inexistente óbice ao deferimento da medida expropriatória. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70059245951, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisabete Correa Hoeveler, Julgado em 18/09/2014) Por outro lado, quanto aos demais contratos bancários, acerca das travas bancárias, observo que as instituições financeiras não poderão satisfazer seu crédito mediante a retenção de recebíveis da autora em procedimento recuperacional, uma vez que esta prática viola o concurso de credores submetidos à recuperação judicial. Neste sentido é o entendimento do TJRS: AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO



JUDICIAL. PEDIDO DE LIBERAÇÃO DOS VALORES REFERENTES AO CONTRATO ENTABULADO ENTRE ÀS PARTES. DEPÓSITO EM JUÍZO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. 1.A parte agravante se insurgiu contra a decisão que indeferiu a liberação dos valores referentes ao contrato entabulado entre às partes, autorizando o depósito dos mesmos em juízo. 2.O princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47 da Lei 11.101/2005, dispõe que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação daquela, sua função social e o estímulo à atividade econômica. 3.Note-se que a irresignação da parte agravante cinge-se à possibilidade de realização da garantia denominada "trava bancária", não obstante esteja em processo de recuperação judicial, sendo que o referido instrumento permite às instituições financeiras concederem empréstimos mediante alienação ou cessão fiduciária de recebíveis futuros. 5.No caso em tela se mostra prudente a medida adotado no Juízo de primeiro grau, que rejeitou o pedido da parte, ora agravante, de liberação de pronto dos valores e autorizou o depósito dos mesmos em conta judicial, presente o fato de que a matéria discutida versa sobre questão de ordem patrimonial perfeitamente aferível e passível de reparação, inexistindo risco de dano irreparável no presente feito que autorize medida de urgência como a pleiteada no presente recurso. 6. A par disso, a empresa em recuperação poderá liberar os referidos valores, desde que demonstrada a necessidade e prestadas as contas devidas, justificando o emprego dos valores na sua atividade econômica. Negado provimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento Nº 70056327018, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/10/2013) Assim, consoante o princípio da preservação da empresa, positivado no art. 47 da Lei 11.101/05, as instituições financeiras devem se abster de realizar retenção de recebíveis da autora ("trava bancária") a partir do deferimento do processamento de recuperação judicial, para não impedir a recuperação da sociedade empresária. No que tange ao pedido de suspensão de futuros protestos de títulos, é inviável o deferimento de tal pleito, uma vez que a sociedade em recuperação judicial continua a exercer atividade empresarial, continuando a ser responsável por suas obrigações. Os créditos constituídos anteriormente ao pedido de recuperação judicial que se submetem à recuperação, é viável, enquanto que os créditos constituídos após o pedido poderão ser cobrados normalmente, inclusive mediante protesto de títulos ou outro trâmite necessário para o exercício de seus direitos, já que a sociedade empresária não foi afastada das suas atividades, sendo que a recuperanda poderá ser demandada em caso de eventual inadimplemento. Assim, serão suspensos somente os protestos documentados na certidão à fl. 173, bem como aquele retratado à fl. 121, e eventuais decorrentes de créditos que participem da presente recuperação. Diante do exposto, preenchidos os requisitos do art. 51 da Lei 11.101/05, sendo comprovada, ainda, a ausência dos impedimentos relacionados no art. 48 do referido diploma legal, DEFIRO O PROCESSAMENTO da recuperação judicial da sociedade empresária R.F. Farias & Cia Ltda, passando a determinar o que segue:



a) nomeio para a administração judicial o Adv. João Adalberto Medeiros Fernandes Júnior, o qual deverá ser intimado para prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do art. 52, I, da LRF. b) resulta dispensada a apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, ressalvadas as exceções constantes do art. 52, II, da Lei de Recuperação e Falência (LRF); c) suspendam-se todas as ações e execuções que tramitam contra a requerente, nos termos do art. 6º da Lei 11.101/05 e observadas as exceções de que tratam os §§ 1º, 2º e 7º do mesmo dispositivo legal e aquelas mencionadas pelo art. 49, §§ 3º e 4º, todas da LRF, cabendo à devedora proceder a comunicação aos respectivos Juízos; d) suspendam-se também os efeitos dos protestos cujas certidões foram colacionadas à fl. 173, bem como aquele retratado à fl. 121, tendo em vista o deferimento do processamento da presente recuperação, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de que a mesma cumpra todas as obrigações previstas na recuperação em trâmite,<sup>3</sup> cabendo a esta proceder a comunicação ao(s) respectivo(s) Tabelionato(s) de Protesto(s). e) determino a suspensão do curso dos prazos de prescrição das ações e execuções em face da devedora pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme o art. 6º, § 4º da LRF<sup>4</sup>; f) a requerente deverá apresentar mensalmente, em autos apartados e enquanto se processar a recuperação, as contas demonstrativas de receitas e despesas, sob pena de destituição de seus administradores, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/05; g) publique-se o edital de que trata o § 1º do art. 52 da Lei de Recuperação e Falência, devendo ser previamente requerido à Recuperanda para remeter, em cinco dias, via eletrônica, a relação nominal dos credores, no formato de texto, fazendo as devidas retificações quanto aos créditos quirografários, uma vez que os fiduciários não se submetem à recuperação judicial; h) intinem-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público, da Fazenda Pública Federal e das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais onde a requerente tenha sede para que tenham ciência do presente feito; i) oficie-se à Junta Comercial para que seja adotada a providência mencionada no art. 69, parágrafo único, da LRF; j) a devedora deverá apresentar o plano de recuperação no prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão, observando o que dispõem os arts. 53 e 54 da Lei 11.101/05, sob pena de decretação da falência nos termos do art. 73, II, do mesmo diploma legal; k) defiro o pagamento das custas processuais no prazo de 90 dias, como postulado na alínea 'n', fl. 27, devido à atual situação econômico-financeira da sociedade empresária. l) oficie-se à(s) instituição(ões) financeira(s), determinando a suspensão dos contratos relativos às travas bancárias (no caso, apenas o Banco do Brasil S/A – Agência Fontoura Xavier, contratos nº 372.411.201 - fls. 76/81, nº 20/00736-1 - fls. 82/84; nº 372.411.424 - fls. 85/90; nº 372.411.464 - fls. 91/96; nº 372.408.935 - fls. 98/104; nº 372.411.526 - fls. 105/110, nº 372.411.756 - fls. 112/117). Int-se. Dil. legais.



### 1.3 – Objetivos:

O presente Plano de Recuperação Judicial tem por objetivo propor medidas saneadoras para atual crise econômico-financeira pela qual a Empresa Recuperanda passa, bem como atender as expectativas dos múltiplos interesses envolvidos, buscando soluções aos principais problemas enfrentados ao longo dos últimos anos, determinantes para o cenário de escassez de recursos financeiros que a levaram para uma situação temporária de iliquidez.

Tais soluções englobam propostas de reestruturação, demonstração da viabilidade econômico financeira da empresa, contando com condições e prazos diferenciados<sup>1</sup> para quitação de seu atual passivo, garantindo a manutenção e desenvolvimento da Empresa<sup>2</sup> enquanto unidade produtiva e geradora de renda.

## 2 – Breve Histórico da Empresa

Como narrado na petição inicial da presente recuperação judicial, a origem da Empresa RF Farias & Cia Ltda, remota ao período de 2005, e tem por objeto transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.

A empresa sempre teve objetivo o transporte de pessoas de linhas intermunicipais, e o transporte interurbanona Cidade de Fontoura Xavier.

Pouco a pouco, construía-se um nome competitivo no mercado em que estava inserida e, em função disso, as portas começavam a se abrir, que muitas pessoas da Cidade de Fontoura Xavier necessitavam e necessitam desse serviço que a empresa Recuperanda oferece para estudar em universidades, realizar cursos técnicos, estudar em melhores colégios em Cidades vizinhas, assim realizando o transporte rodoviário intermunicipal.

---

<sup>1</sup> Em consonância com a disposição do inciso I do artigo 50 da Lei nº. 11.101/2005

<sup>2</sup> Um dos objetivos norteadores da Lei 11.101/2005, salvaguardando no artigo 47 da Lei nº. 11101/2005.

289

Quando a empresa iniciou suas atividades não possuía outros concorrentes, entretanto, com o passar dos anos outras empresas nesse mesmo ramo foram constituídas, tornando – se um mercado competitivo.

Também a mudança de governo municipal, ocasionou o rompimento de contrato com o Município de Fontoura Xavier, ou seja, do transporte interurbano, linhas escolares, e redução do número de passageiros do transporte intermunicipal acabou vendo-se sujeita aos efeitos da crise que atingiu a empresa, não tendo, por tal motivo, plenas condições de desenvolver toda a potencialidade de seu negócio.

Destaca-se que a empresa Recuperanda ainda possui muito prestígio na Cidade de Fontoura Xavier, em face do impressionante histórico de seriedade, probidade, excelência e intensa dedicação aos seus consumidores – elementos de primordial importância da Empresa, que a crise econômico-financeira pela qual atravessa no presente momento é absolutamente passageira, de modo que o presente pleito recuperacional se faz fundamental para que possam continuar a desenvolver o impressionante excelente trabalho que já tem desenvolvido.

### 3. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

#### 3.1 - A Origem da Passageira Crise Econômico-Financeira:

A Empresa primeiramente operava essencialmente com recursos próprios, diante que no início de suas atividades possuía um excelente mercado, pois possuía diversos contratos de prestação de serviços para transporte intermunicipal, transporte escolar dentro da Cidade de Fontoura Xavier, realizava o transporte das linhas Cidade-interior (vice-versa) dentro do Município de Fontoura Xavier, ou seja, transporte urbano, passando por vertiginoso crescimento.

Diante do cenário extremamente positivo e otimista que se tinha à frente, buscou recursos para se capitalizar, visando a manutenção de seu crescimento.

A manutenção da fonte produtora se traduz na preservação da atividade empresarial, com reflexos na sua atividade, apesar do impacto da sua momentânea crise financeira que não afasta a plena possibilidade e capacidade de superação.



201

O roteiro e a ordem fixados pelo artigo 47 da LFRJ preservam a fonte produtiva e laboral para atender ao interesse dos credores, com a promoção da preservação da empresa, na sua função social e o estímulo à atividade econômica. Esta opção lógica da fundamentação política-legislativa da recuperação judicial da empresa em crise econômica ou financeira.

A responsabilidade social e econômica se destaca pelo aspecto fiscal; pela importância que possui direta e indireta; e, ainda, pelo impacto negativo na comunidade na eventual cessação de suas atividades.

No ano de 2011, ocorreu uma queda no faturamento da empresa, em virtude de rompimentos de contratos de prestação de serviços de transporte interurbano, linhas de transporte escolar com o Município de Fontoura Xavier, tal cenário gerou incertezas, haja vista a possibilidade de uma crise, e a redução do número de clientes que utilizavam a linha intermunicipal Fontoura Xavier – Soledade (vice-versa).

O impacto atingiu de forma crucial a Empresa no ano de 2012, pois passou a acumular dívidas, a queda de faturamento não foi correspondida com uma readequação de custos internos em razão de se fazer previsão de que essa situação não perduraria por largo espaço de tempo. Assim, a empresa passou a contrair empréstimos sobre empréstimos (os novos para servirem de simples quitação dos anteriores) criando um endividamento de mais de R\$ 230.000,00 e a dificuldade de caixa.

Assim, em meados de janeiro de 2014 não conseguiu mais honrar com seus compromissos junto às instituições financeiras, ocorrendo sucessivas novações de dívidas, mas de modo que a empresa não possuía caixa para saldar as novações impostas pelas instituições financeiras, bem como não conseguiu adimplir o pagamento para alguns fornecedores.

Diante desses fatos, a empresa assistiu atônita e indefesa a ocorrência de uma súbita mudança no cenário que vivenciava desde seu desenvolvimento, assistindo a todos os reflexos ocasionados pela crise, consistentes na intensa redução de crédito e na intensa queda na demanda no seu serviço prestado, questões que importaram em grave abalo de seu fluxo de caixa e, de igual forma, no próprio faturamento da empresa.

Com a retração abrupta do seu mercado, viu-se diretamente afetada, não somente por necessitar dos recursos financeiros para manutenção de suas atividades, mas porque veio a agravar também a condição financeira

284

de seus clientes de captação de recursos junto ao mercado financeiro e a redução das linhas de crédito, chegou-se a uma situação de grande baixa nos níveis de viagens e ruptura de contratos e, por de consequência, de faturamento.

Com isso, advinha maior dificuldade para honrar seus compromissos, vindo a prejudicar ainda mais o seu fluxo de caixa. Não bastasse todo esse cenário exposto ocorreu ainda, de forma paralela, aumento do preço do óleo diesel, gasolina, uma vez que, pelas restrições do mercado, viu-se obrigada a buscar novos fornecedores, os quais, pelo estabelecimento de novas relações comerciais, não praticam os mesmo preços praticados pelos fornecedores antigos.

Este aumento veio agravar ainda mais a situação, uma vez, já que estando extremamente abalada pelos severos golpes que o mercado aplicou, com o fluxo de caixa deficitário e muitas vezes insuficiente, sofria ainda mais com o aumento do seu custo de produção, o qual implicou diretamente na redução da produção e, portanto do faturamento, refletindo no seu fluxo de caixa.

A necessidade de aquisição de combustível e manutenção dos veículos para a efetiva continuidade do negócio, cumulando com uma inexistência do crédito, acabava por castigar ainda mais o já sensível e debilitado fluxo de caixa. .

Porém, os custos deste endividamento acabaram por reduzir ainda mais a capacidade de reação da Empresa, que, frisa-se já vinha enfraquecida, vendo sua situação se agravar ainda mais no último ano.

Apesar de tudo, a empresa acredita ser transitória sua atual situação e tem certeza que esse estado de gravidade é absolutamente passageiro, visto já estarem em curso às medidas administrativas e financeiras necessárias ao equilíbrio da receita com suas despesas, para sanear sua atual situação de crise.

### 3.2 - Resumo do Quadro Geral de Credores<sup>3</sup>

Levando em consideração, para composição deste Plano de Recuperação Judicial, a Relação de credores apresentada pela Empresa quando

---

<sup>3</sup> Em consonância com relação de credores apresentada pela Recuperanda quando da instrução do Pedido de Recuperação Judicial



203

da instrução do pedido de recuperação em outubro de 2014, tem-se o seguinte resumo:

Classe	Descrição	Qtd.	Valor
Classe III	Instituições Financeiras <sup>3</sup>		R\$ 205.069,11
Classe III	Quirografários <sup>2</sup>		R\$ 22.245,00

## 4 - PLANO REESTRUTURAÇÃO

### 4.1 - Reestruturação Econômica:

Após o pedido de recuperação judicial e advindo o deferimento do processamento, a empresa por meio de seus sócios, desenvolveu um plano de reestruturação econômica, financeira e operacional, o qual tem como objetivo a lucratividade necessária para permitir, não somente a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua atividade no médio e longo prazo, mas também a melhoria de sua capacidade de geração de caixa.

O plano de Recuperação preconizado pela Lei 11.101/2005 se traduz pelo planejamento sócio-econômico-financeiro da empresa em recuperação, com a racionalização de suas operações e a negociação de débitos com seus credores, em suma o plano trata e discrimina os meios de recuperação e demonstra a viabilidade econômica.

Com o fator de reestruturação sustentado e como remédio à recuperação, o plano apresenta condições que melhoram a rentabilidade e a capacidade de geração de caixa, possibilitando a continuidade das operações e a volta à normalidade, como decorrência do cumprimento das medidas em comento.

A manutenção da fonte produtora, trazida pela preservação da atividade empresarial, se reflete, se for mantida fonte produtiva e a atividade laboral é possível atender aos interesses dos credores, com a promoção da preservação da empresa, na sua função social e o estímulo atividade.

A nova LFRJ avança no estímulo à preservação da empresa ao reconhecer como extraconcursais os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial, inclusive despesas com fornecedores de bens e de serviços e contrato de mútuo (art. 67).

A necessidade de adequação do fluxo de caixa às obrigações passadas e presentes impõe a busca de condições especiais de carência e

284

parcelamento dos passivos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, fundamental no plano de recuperação.

Ademais a lei 11.101/2005 introduz NEGOCIAÇÃO como o caminho principal, razão porque devem ser consideradas variações aos valores originalmente previstos no plano de Recuperação judicial, porém, eventuais oscilações serão contempladas nas projeções apresentadas.

#### 4.2 - Reestruturação Comercial:

A política dos preços de pacotes de viagens intermunicipais esta sendo renovada, as margens/rentabilidade das viagens estão sendo recompostas e o mapa de preços dos pacotes de viagens e contratos de prestação de serviço readequado.

Ato contínuo, da Empresa, pautado em acuradas análises de mercado, já vem desenvolvendo estratégias com o intuito de aumentar sua clientela.

#### 4.3 - Reestruturação Administrativa e Financeira

Vale observar que a Empresa acredita ser transitória essa situação e tem certeza de que esse estado de gravidade é passageiro, visto que já estão sendo tomadas algumas medidas administrativas e financeiras necessárias para equilibrar a sua receita, tais como a implementação de nova política para captar novos clientes para a prestação de serviços.

Cumprе mencionar que a Empresa já esta em negociação com o Município de Fontoura Xavier para obter 2(duas) linhas interurbanas e 1 (uma) linha transporte escolar municipal.

A Empresa continuara a prestar serviço intermunicipal nos turnos da manhã e da noite.

Dessa maneira, apresenta-se como ponto de inversão da referida tendência negativa, com o fito de ajustar o caixa, buscando equilíbrio financeiro exigido para a completa quitação de todos os débitos.

A formação de novas diretrizes de administração visa a dar suporte à área comercial através de análise de novidades e oportunidades no mercado.



205

Em suma, com base no artigo 50 da Lei 11.101/2005, a Empresa busca, dentre outros os seguintes meios de recuperação:

- ° concessão de prazos e condições especiais para pagamentos das obrigações vencidas e vincendas (art. 50, inciso I).

- ° equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data de distribuição do pedido de recuperação judicial (art. 50, XII).

## 5 - Pagamento aos Credores:

### 5.1- Plano de Pagamento:

O plano oferece caminho e propõe soluções, o tempo amoldará a proposta a realidade no momento da execução, razão pela qual o art. 49 da LFRJ estabelece a sujeição à Recuperação Judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, com as exceções que delimita.

Segundo a regra do artigo 50 da LFRJ, a requerente anuncia que o plano de recuperação se constituiu basicamente na concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas, na forma limites e garantias na Lei 11.101/2005, como meio de preservação da sociedade empresaria e, em especial, dos interesses dos credores, clientes, como previsto na LFRJ.

As medidas identificadas e inseridas no referido Plano de Reestruturação constituiu processo vivo e como tal ostenta carga de variáveis decorrentes de negociações, limitadas, naturalmente, aos limites da razoabilidade, estando incorporadas em um planejamento de 24 (vinte) meses levando-se em conta série de decisões estratégicas referentes as modificações na linhas de transporte.

Basicamente, o plano de reestruturação em comento considerou as seguintes ações fundamentais:

- a) Adequação da política e das estratégias comerciais;
- b) Busca de novos mercados com intuito de ampliar as linhas e municipais, interurbanas, interestaduais e internacional oferecidas;

- c) Implementação de política de custos, a fim de se evitar desperdícios financeiros;
- d) Formação de capital de giro próprio adequado voltar a realizar negócios com o mercado interno/externo, conseguindo substancial de faturamento;
- e) Desoneração da conta de juros, mediante equalização dos mesmos, na forma prevista no art. 50, XII, LRF;
- f) Amortização dos débitos admitidos à recuperação, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, compatíveis com a evolução do fluxo de caixa da empresa em recuperação;
- g) A renegociação do passivo, com a concessão de prazos especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas;
- h) A equalização dos encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (art. 50, inciso I).

Além dos meios de recuperação destacados acima, ao longo do processo de reestruturação e do processo de recuperação judicial a empresa poderá lançar mão de quaisquer meios de recuperação propostas no artigo 50 da Lei nº. 11.101/2005 dentre outros, citamos alguns:

- g) Assim as medidas que precisam ser aprovadas para a recuperação econômico-financeira, prevista no art. 50 da LFR, são prioritamente:
  - 1) Concessão de prazos e condições de pagamento das obrigações vencidas e vincendas;
  - 2) Novação de dívidas do passivo;
  - 3) Equalização dos encargos financeiros.

## 5.2 - Plano de Pagamento aos Credores;

- Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas. A primeira regra remete à concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações sujeitas à recuperação judicial, com a equalização dos encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, como adiante detalhado, o que constitui o ponto importante do plano de recuperação judicial.



289

5.3 - As condições de pagamentos sujeitos a recuperação judicial, conforme planilha em anexo:

5.3.1) Credores Titulares de Créditos Quirografários – Instituição Financeira (classe III):

Propõe ao pagamento dos credores desta classe, que somam a quantia de R\$ 49.569,44, no prazo de 10 anos, precedidos 24 (vinte quatro) meses, contados da aprovação do plano de recuperação judicial, vencendo a primeira parcela a partir do 25º mês, até a data de seu efetivo pagamento, o pagamento será realizado até o limite do precedido débito.

Os credores terão seus créditos atualizados até a data do pedido de recuperação judicial consoante disposto no art. 9º, II, LFR.

5.3.2) Credores com Garantia Real, Avais, Fianças, Alienações:

Propõe ao pagamento dos credores desta classe, que somam a quantia de R\$ 135.066,16, no prazo de 12 anos, precedidos 24 (vinte quatro) meses, contados da aprovação do plano de recuperação judicial, vencendo a primeira parcela a partir do 25º mês, até a data de seu efetivo pagamento segundo, o pagamento será precedido até o limite do precedido débito.

Os credores terão seus créditos atualizados até a data do pedido de recuperação judicial consoante disposto no art. 9º, II, LFR.

5.3.3) Credores Titulares de Créditos Quirografários Fornecedores:

I) Os credores terão seus créditos atualizados até a data do pedido de recuperação judicial consoante disposto Propõe ao pagamento dos créditos até R\$ 500,00 (quinhentos reais) e até o limite de R\$ 4.000,00 atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, no prazo de 5 anos, precedidos 24 (vinte quatro) meses, contados da homologação da aprovação do plano de recuperação judicial, vencendo a primeira parcela a partir do 25º mês, até a data de seu efetivo pagamento segundo

II) Propõe ao pagamento dos créditos de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e até o limite de R\$ 1.800,00, atualizados até a data do pedido

222

de recuperação judicial, os credores terão seus créditos atualizados até a data do pedido de recuperação judicial consoante disposto no art. 9º, II, LRF, no prazo de 5 anos, precedidos 24 (vinte quatro) meses, contados da homologação da aprovação do plano de recuperação judicial, vencendo a primeira parcela a partir do 25º mês, até a data de seu efetivo pagamento segundo.

#### 5.4 - Novos Financiamentos – se houver:

A partir da premissa do art. 67 da LFRJ<sup>4</sup>, a devedora oferece em absoluta igualdade de condições extensivas a totalidade do universo de credores, a possibilidade de amortização dos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, como adiante proposto, junto com os créditos de caráter extraconcursal decorrentes de obrigações contraídas pela empresa durante a recuperação judicial (obrigação não sujeita à recuperação judicial).

Essas operações de (Novos Financiamentos) podem incrementar a geração de caixa e consequentemente, podem gerar condições para antecipar o fluxo de pagamentos previsto aos credores.

Esses novos financiamentos poderão ser obtidos junto a terceiros e/ou junto aos credores sujeitos a recuperação.

A Recuperanda negociará com os credores os montantes, moeda, encargos, prazos, observados a capacidade de pagamento e as condições de mercado para operação desse tipo.

#### 5.5-Atualização Monetária dos Créditos:

A atualização monetária dos valores contidos no item 5.3, contidos no quadro geral de credores homologado em conformidade com a disposição do artigo 18 da Lei 11.101/2005 no processo de Recuperação Judicial sob o nº. 036/1.14.0004908-2 em trâmite perante a 1ª Vara Civil da Comarca de Soledade/RS, será realizado de acordo com a Variação do índice da Taxa Referencial, criada pela Lei nº. 8.177/91 de 1º de março de 1991 e resolução do conselho Monetário Nacional – CMN nº. 2.437 de 30 de outubro de 1997, e paga nas condições estipuladas no item 5.3.

<sup>4</sup> Art. 67." Os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial, inclusive aqueles relativos a despesas com fornecedores de bens ou serviços e contratos de mútuo, serão considerados extraconcursais..."



## 6 - Demonstrativos da Viabilidade Econômica:

A aferição da viabilidade econômica da empresa, medida pelo parâmetro objetivo de projeção do resultado econômico, evidencia resultado positivo a partir do ano de 2017. Os elementos básicos apontados se encontram em sintonia com situação econômica e financeira da empresa.

Constituem elementos indissociáveis do projeto de viabilidade a importância e econômica da empresa na sua área de atuação, a preservação da fonte produtora, relação do ativo e do passivo, o longo de operação contínua, sem mácula nas relações creditícias, e por fim, não por ser menos importante, a situação de faturamento projetado em relação ao endividamento da empresa.

## 7 - Laudo Econômico-Financeiro:

Realizada as condições proposta neste plano, qual seja o pagamento integral proposto nas condições acima detalhadas, concomitantemente com a carência requerida, haverá a formação de um capital de giro próprio, aliada a estabilização do caixa de fluxo ao final do período de carência, em favor da empresa recuperanda, o que somente ocorrerá, reitera-se, com o atendimento da cláusula dilatória do pagamento acima exposta, sendo de ressaltar que este é o limite da viabilidade econômica, que somente será alcançada pela possibilidade de constituição de um fundo de reserva a ser formado durante o período de carência.

A crise da autora é de momentâneo ou episódico, portanto, superável através das medidas e ajustes que constituem a essência do Plano de Recuperação, pois, a redução da receita comprometeu o fluxo de caixa e aumentou as dificuldades para honrar os compromissos financeiros.

## 8 - Laudo de Avaliação de Bens:

O laudo de avaliação dos bens integrantes da empresa, constituem em anexo, com o respectivo quadro de resumo e identificação, assim:

- a) Pas/microonbus placa INH6260/RS, CODIGO RENAVAL 698449037, avaliado em R\$ 40.000 (quarenta mil reais), firmado o documento pela Mecânica Irmãos Colussi Ltda.
- b) B-10 M 6X2 03 EIXOS, 29, DIESEL, BRANCA, MARCA VOLVO, ANO FAB. 1992, ANO MOD. 1993, RENAVAL

298

607151196, PLACA ADJ-4249, avaliado em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais, firmado o documento pela Mecânica Irmãos Colussi Ltda.

## 9 - Disposições Finais:

### 9.1 - Outras formas de amortizações possíveis:

Ocorrendo quaisquer dos meios previstos no artigo 50 da Lei nº. 11.101/2005 ou outros que resultem em um evento de liquidez não previstos nas projeções apresentadas, a empresa poderá destinar estes recursos em sua totalidade ou em parte aos credores como forma de antecipar a amortização dos saldos submetidos a presente recuperação judicial.

Ainda, na hipótese da projeção ser superada, viabilizando um maior volume de caixa, poderá destinar tais recursos, em sua totalidade ou em parte, observando-se os aspectos econômicos e financeiros do momento, para antecipar a amortização dos saldos dos créditos à recuperação judicial.

Caso isso ocorra, será convocada uma nova assembleia geral de credores específica para tal fim, observando-se os requisitos legais para tal convocação, sendo que neste momento, será pormenorizado o objetivo da empresa recuperanda.

### 9.2 - Suspensão das Restrições Cadastrais:

Consoante a Lei 94941/1997 (lei protesto), os documentos de dívida mercantil ou de serviços que comprovem o compromisso entre o credor e do devedor, em caso de não pagamento, possuem legalmente assegurado o processo de protesto público formal e solene. Isso para que fique caracterizado o descumprimento pelo devedor e comprovado por um órgão de Autoridade a fé publica, com respaldo na legislação, que dá legitimidade ao protesto e autoridade a seus efeitos. A Lei regulamenta um instrumento para evitar a impunidade e atitudes de má-fé, restaurando a moralidade e seriedade em qualquer transação comercial.

A empresa requereu o benefício legal da Recuperação Judicial como forma de garantir a manutenção das fontes produtoras, e dos interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, e apresentada em juízo aos credores o presente plano de recuperação judicial, e que por sua vez, após aprovado em



292

assembleia geral de credores, constituirá título executivo judicial nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº. 11.101/2005.

Não obstante, o referido artigo determina que a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores implica em novação de créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial e obriga o devedor e todos os credores a ele submetidos, sem prejuízos de suas garantias, observado o disposto no inciso I do artigo 50 da lei de nº. 11.101/2005.

Uma vez aprovado o presente plano de recuperação judicial, novado os créditos anteriores ao pedido e ao plano submetidos, cumulado com a constituição do título executivo judicial que conceder a recuperação a empresa, ficam desde já os credores suspenderem os protestos efetuados – por ordem judicial de aprovação do presente plano, no prazo máximo de 30 dias, sob aplicação de multa diária a ser fixada pelo juízo, em nome da Recuperanda, sócios, garantidores e avais, referente a todas as dívidas arroladas na exordial, devendo ser estendidas as dívidas que possuem garantias e avalistas. Os bens objeto de garantia fiduciária são essenciais para atividade empresária

A recuperanda tem como objeto transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, portanto necessita dos bens supra mencionados para realizar o transporte de passageiros.

Portanto, se alguma dívida da empresa não for submetida aos efeitos da presente recuperação judicial, em virtude que os objetos de alienação fiduciária importará na impossibilidade de transportar os passageiros, indicando a paralisação plena das atividades, o que ocasionara o fadado insucesso do plano ora apresentado.

Requer se, ainda, a exclusão dos lançamentos nos órgãos de restrição de crédito, principalmente no SERASA, SPC (REFIN, PEFIN E PROTESTOS), pelo fato de que, tendo sido aprovado e a dívida novada (em consonância com a previsão legal), e sendo o plano devidamente honrado pela empresa, nos moldes de sua aprovação, a dívida protestada não mais estará inadimplida, restando o objeto que motivou o seu apontamento inexistente em razão do fato novo, qual seja, a aprovação do plano, de modo que se faz necessário a suspensão de todos os protestos relativos às dívidas submetidas ao presente processo.

294

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente aos credores que mantiverem os protestos e apontamentos mencionados no parágrafo anterior enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido.

### 9.3- Considerações Finais:

Importante observar que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Empresa, atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências, Lei 11.101/2005, garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira.

Salienta-se que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira da empresa, desde que as condições propostas para pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar que aceito o plano a empresa conseguirá criar próprio capital de giro.

As projeções para os próximos anos são favoráveis em relação ao mercado que atua como demonstrado no presente Plano, aliado as medidas ora proposto neste Plano de Recuperação Judicial, resta demonstrado à efetiva possibilidade de continuidade dos negócios com a manutenção e ampliação de novas fontes com a preservação da empresa, além do pagamento dos débitos vencidos.

É essencial a qualquer empresa, manter sua competitividade. Isso será alcançado no momento em que tiver a possibilidade e necessidade de renovação dos ativos existentes, a fim de manter os veículos a empresa para preservação da empresa que trará benefícios a todos os credores.

### 9.4 - Nota Esclarecimento:

As projeções para o período de 24 meses de carência e 12 anos foram realizadas com base em informações da própria empresa e das expectativas em relação ao comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valores do passivo inscrito no processo.

Por fim, as mudanças na conjuntura econômica nacional, bem como no comportamento das projeções consideradas refletirão nos resultados apresentados no presente plano.



#### 10- Conclusão:

O presente Plano de Recuperação Judicial, devidamente fundamentado no princípio da *par conditio creditorum*, com a sua aprovação, implicará na novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial, obrigando assim, a empresa e todos os credores a ele submetidos.

Deste modo, a sentença concessiva da Recuperação Judicial constituirá título executivo judicial, novando e substituindo todas as obrigações submetidas à recuperação judicial, de forma que, cumpridos os termos do presente Plano estarão desobrigados de responder pelos créditos originais os avalistas, fiadores e coobrigados.

Assim, acredita-se que o processo de reestruturação, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas no presente documento, desde que sejam implementadas e realizadas, possibilitará que as atividades da empresa se mantenham viáveis e rentáveis.

Ainda, acredita-se que os credores do presente processo de recuperação serão os maiores beneficiados com a implementação deste Plano de Recuperação Judicial, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional.

Fontoura Xavier, 21 de janeiro de 2015.

Este Plano é firmado pela representante legal da empresa.

*Marizane F. de Oliveira*  
**R.F. FARIAS & CIA LTDA**

### Classe III – Credores Quirografários – Instituições Financeiras

Instituição	CNPJ	Endereço	CEP	Cidade	UF	Documento	Valor
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Boncarai – SICREDI BOTUCARAÍ – Agência 0247	87.900.6001/0001-39	Avenida 25 de Abril, n°. 805	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Cédula de Crédito Bancário – N° B31132026-9	RS 37.000,00
Banco Bradesco S.A. – Agência 5932-3	03.512.533/0001-40	Avenida 25 de Abril	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro – N° 007319787	RS 23.820,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Contrato de Abertura de Crédito Fixo – N°. 372.411.201	RS 5.000,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Contrato de Crédito Bancário – N°. 20/00736-1	RS 21.000,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Contrato de Abertura de Crédito Fixo – N°. 372.411.424	RS 30.000,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Contrato de Abertura de Crédito Fixo – N°. 372.411.464	RS 7.400,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RA	Contrato de Abertura de Crédito Fixo – N°. 372.411.526	RS 5.000,00
Banco do Brasil S.A. – Agência 3724-9	00.000.000/3656-02	Avenida 25 de Abril, n°. 787, sala 01	99370-000	Fontoura Xavier	RS	Contrato de Abertura de Crédito Fixo – N°. 372.411.201	RS 35.849,16
<b>Total Geral da Classe I – Credores Quirografários Instituições Financeiras R\$ 165.069,16</b>							

Legenda – vermelho – com garantia Sicredi alienação fiduciária

- Bradesco com alienação fiduciária

- Banco do Brasil S/A – Avalista/finador

Legenda em preto – Sem garantias – COPP Recalonamento de dívida contrato 372412172 – R\$ 49.569,44 - atualizado



### Classe III – Credores Quirografários

[illegible]